



Cerca de 4 mil professores da rede oficial, em assembléia, voltaram a reivindicar os 54,5%

Professores esperam reposição até dia 4

Oswaldo Buarim Jr.

Em assembléia realizada ontem à tarde no estádio Mané Garrincha, cerca de 4 mil professores da rede pública de ensino decidiram dar prazo até o próximo dia 4 de maio para que o GDF pague a reposição salarial de 54,5% determinada pelo Tribunal Regional do Trabalho e retroativa a 1º de janeiro. Não foi aprovado pela assembléia o indicativo de greve para o dia 4, mas o diretor do Sindicato dos Professores, Márcio Baiocchi, afirmou que a partir desta data "tudo pode acontecer" se o Governo não pagar o reajuste e os dias parados da greve de 14 de fevereiro a 17 de março último.

Os professores decidiram não radicalizar o movimento para concentrar forças sobre a Comissão do DF no Senado, que se reúne na terça-feira. Eles vão tentar rejeição das emendas do GDF ao Plano de Carreira do Magistério que permite a demissão sumária dos contratados em regime especial, com menos de cinco anos na Fundação até outubro de 1988 e que não obtenham aprovação em concurso a ser realizado no próximo dia 16 de maio. O Sindicato dos Professores

também defende o aproveitamento do tempo de trabalho em outros estados superior a dez anos.

Dias parados

A secretária de Educação, Malva Queiroz, começou a negociar ontem de manhã com o Sindicato dos Professores a campanha salarial da categoria para este ano. Ficou acertado que os 17 mil professores da Fundação Educacional vão receber este mês 10,25% de reajuste salarial referentes aos resíduos de 5% em fevereiro e 5% em março do IPC que não foi concedido integralmente sobre os salários. O aumento será retroativo também a março e o pagamento sairá em folha suplementar até o início do próximo mês.

Nada ficou acertado, porém, em relação ao pagamento dos dias parados em fevereiro e março. Márcio Baiocchi, diretor do Sinpro, afirmou que a categoria vai se manter intransigente até que o Governo pague o ponto cortado em folha suplementar. "Posteriormente, estes dias parados podem até ser descontados em parcelas mensais, mas neste momento em que as cadernetas de poupança foram confiscadas não podemos receber pela

metade os salários de dois meses", disse Baiocchi.

A Fundação Educacional informou que já ingressou com medida cautelar no Tribunal Superior do Trabalho (TST) para evitar o pagamento do reajuste de 54,5% retroativo a 1º de janeiro, determinado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT/DF). O advogado do Sindicato dos Professores, Ulisses Borges Riedel, garantiu aos professores presentes à assembléia de ontem que dificilmente a decisão do TRT será modificada, por ser "incabível e inócua a medida cautelar", que se baseia em um termo chamado "efeito suspensivo", abolido pela Constituição de 1988.

O diretor Márcio Baiocchi afirmou que o GDF "age pelas costas" ao afirmar disposição de pagar os 54,5% e recorrer ao TST para contestar decisão judicial. Na avaliação de todos os dirigentes do Sinpro, a assembléia de ontem marcou o reinício de um forte movimento reivindicatório da categoria, após uma sequência de assembléias com poucas pessoas presentes. A diretora Lúcia Ivanov atribuiu o sucesso de ontem à conscientização da categoria sobre as perdas salariais provocadas pelo Plano Collor.